

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.200 - SP (2018/0271203-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORES** : **PAULO DE TARSO NERI - SP118089**  
                          **MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONIZZI E OUTRO(S) - SP122614**  
**RECORRIDO** : **SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA SAÚDE NO**  
                          **ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS** : **JOSIE LEME ALVES - SP173401**  
                          **THAIS MATTOS LOMBARDI IZIDIO E OUTRO(S) - SP264327**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO.

1. Execução individual promovida por servidores públicos estaduais que prestam serviços em unidades administradas pelos Municípios. Sentença proferida em writ coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde SINDSAÚDE, que reconheceu o direito ao pagamento do Prêmio de Incentivo, instituído pela Lei Estadual nº.

8.975/94 Distribuição livre do recurso Cabimento Orientação do Expediente nº. 10/2012 - GAP 3.2 da E.

Presidência da Seção de Direito Público.

2. Prescrição Não ocorrência Prolongamento da execução que decorreu da demora do apostilamento e da complexidade da demanda Prazo da prescrição da pretensão executória individual que somente se inicia com o cumprimento da obrigação de fazer (apostilamento), ato imprescindível para a liquidação das prestações vencidas Inaplicabilidade do Tema nº. 877 do E. STJ, mormente porque não se cogita na inércia dos credores Pedido da impugnação rejeitado.

3. Agravo interno dos servidores provido e agravo de instrumento da Fazenda Estadual não provido" (fl. 35e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 42/44e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição a ser suprida –

# *Superior Tribunal de Justiça*

Decisão colegiada que reflete o entendimento consolidado pela E. Turma Questões suscitadas devidamente enfrentadas e apreciadas – Finalidade de prequestionamento Observância dos limites traçados pelo Estatuto Processual Civil.

2. Embargos rejeitados" (fl. 49e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 489, § 1º, IV e VI, e 1.022, II e parágrafo único, II, 10 e 927, III, § 1º, do CPC/2015, 1º do Decreto 20.910/32, sustentando que o seguinte:

"V - DA NULIDADE DO V. ACÓRDÃO - OFENSA AOS ARTIGOS 489, §1º, IV e VI, e 1022, II E PARÁGRAFO ÚNICO, II, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O v. acórdão deve ser anulado, por ausência de fundamentação, visto que não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada, o que afronta o artigo 489, §1º, IV e VI, do NCPC.

Mesmo com a oposição de embargos de declaração pela recorrente, com indicação das omissões do julgado, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre os argumentos deduzidos pela Fazenda estadual, causando-lhe prejuízos, o que viola o artigo 1.022, II e parágrafo único, II, do NCPC.

O v. Acórdão não se pronunciou sobre a violação do artigo 1º do Decreto 20.910/32 que trata do prazo prescricional contra a Fazenda Pública, conforme razões recursais.

O v. Acórdão também não demonstrou qual a diferença existente entre o presente caso e o paradigma repetitivo Resp 1.388.000 – Tema 877 STJ, a ensejar sua não aplicação no caso concreto. O julgado apenas se limitou a dizer que 'o leading case não apresenta consonância com o abordado nos presentes autos'.

Note-se que a recorrente demonstrou analiticamente nas razões recursais não haver distinção alguma em relação ao leading case do Tema 877 STJ.

Nesse sentido, o v. Acórdão também não se pronunciou sobre a violação dos artigos os artigos 927, III, § 1º, e 489, § 1º, VI, do NCPC, os quais estabelecem a obrigatoriedade dos juízes e tribunais observarem os acórdãos em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, devendo a decisão judicial demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento

para deixar de observá-los.

Mesmo a recorrente tendo apresentado embargos de declaração apontando o equívoco, o Tribunal *a quo* não se manifestou sobre a questão.

(...)

V - DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA – TEMA 877 STJ

(...)

Contudo, a r. decisão atacada viola expressamente o artigo 1º do Decreto 20.910/32, que fixa o prazo de 5 anos para prescrição das pretensões contra a Fazenda Pública, bem como a Súmula 150 do STF:

(...)

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu no Resp 1.388.000/PR, Relator para acórdão Sr. Ministro OG Fernandes, em rito de recurso repetitivo (Tema 877), nos termos do antigo artigo 543-C do CPC/73, que o prazo prescricional das execuções individuais de sentença coletiva começa a fluir do trânsito em julgado da sentença coletiva, não sendo aplicável o artigo 94 do CDC que não trata de prazo prescricional.

O artigo 94 do CDC não cuida de prescrição e não tem aplicação na presente demanda.

A sentença formada na presente ação coletiva só beneficia a categoria representada pelo Sindicato autor, sendo que este, o autor da ação, representa todos aqueles integrantes da categoria.

Quer isso dizer que, uma vez transitada em julgado a ação, todos os beneficiados pelo título executivo já tem amplo conhecimento de seu conteúdo por meio do Sindicato autor!

A obrigação de comunicar a categoria do conteúdo da sentença formada na ação coletiva é do Sindicato, que representa a categoria, e não do Poder Judiciário (por meio de expedição de edital)!

Deste modo, não tem cabimento aplicar o artigo 94 do CDC a esta demanda, sendo desnecessária a expedição de qualquer edital para dar ciência à categoria (única interessada) que é representada pelo Sindicato autor da ação, que já possui ciência de todos os atos processuais praticados, porque devidamente intimado.

(...)

A segurança jurídica não se coaduna com a perpetuação da possibilidade de execução do título formado em demanda coletiva. A

pretensão executiva prescreve no mesmo prazo da ação de conhecimento Súmula 150 do STF e artigo 1º do Decreto 20.910/32 - e, uma vez transitado em julgado o processo de conhecimento coletivo, o Sindicato, autor da ação, representante da categoria beneficiada, já tem plenas condições de iniciar o processo de execução, seja ele relativo à obrigação de fazer ou à obrigação de pagar.

Como a tese do termo inicial de fluência do prazo prescricional de execução de sentença coletiva foi firmada em recurso repetitivo, a r. decisão viola expressamente os artigos 927, III, § 1º, e 489, § 1º, do NCPC, os quais estabelecem a obrigatoriedade dos juízes e tribunais observarem os acórdãos em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, devendo a decisão judicial demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento para deixar de observá-los.

Além disso, a r. decisão guerreada também violou o artigo 10 do NCPC, porque decidiu com base em fundamento a respeito do qual não foi dado à parte executada a oportunidade de se manifestar:

(...)

#### VI – DO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

(...)

O risco de grave dano reside no fato da r. decisão autorizar o ajuizamento de execuções prescritas. A relevância da fundamentação e probabilidade de provimento do recurso encontra-se no fato de que o C. STJ já se posicionou em sede recurso repetitivo no sentido de que o prazo prescricional das execuções de ações coletivas flui a partir do trânsito em julgado da sentença coletiva, o que autoriza a concessão de efeito suspensivo, nos termos do parágrafo único do artigo 995 do NCPC, visto que todas as execuções iniciadas após 27/05/2016 estão prescritas!

Logo, impõe-se a concessão de efeito suspenso ao presente recurso, para obstar o prosseguimento das execuções ajuizadas após 27/05/2016" (fls. 58/69e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente recurso para anular o v. Acórdão para que o Tribunal a quo se manifeste sobre as questões postas em juízo, conforme item V. No mérito, requerer a reforma do v. Acórdão para que seja declarada a prescrição de todas as execuções iniciadas após 27/05/2016, nos moldes do Tema 877 STJ" (fl. 70e).

Contrarrazões a fls. 73/111e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 577/579e).

**A irresignação não merece conhecimento.**

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, com o objetivo de obter o reconhecimento da prescrição da pretensão executiva.

O Agravo restou improvido pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

Por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que as teses recursais contidas nos arts. 489, § 1º, IV e VI, 10 e 927, III, do CPC/2015, sequer implicitamente, foram apreciadas pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, nesses pontos, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE  
PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ.  
CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.  
JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA.  
COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO.  
CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE  
CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. **A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos**

**declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.**

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Destaque-se que **inexiste contradição no caso de ser afastada a violação ao art. 535, II, do CPC/73 (atual art. 1.022, do CPC/2015) e, concomitantemente, não conhecer do Recurso Especial por ausência de prequestionamento**, quando ambos os fundamentos são autônomos e uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, conforme vem decidindo o STJ, **in verbis**:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO LEGAL. FUNDAMENTOS COMPATÍVEIS ENTRE SI.

1. O provimento do recurso especial por acolhimento da preliminar de violação do art. 535 do CPC ocorre em casos de deficiência na prestação jurisdicional conferida na origem, tal qual a ausência de manifestação sobre questão relevante para o deslinde da controvérsia.

2. No caso dos autos, o Tribunal de manifestou de forma conclusiva e suficiente para por fim à demanda, ainda que não tenha se manifestado sobre o dispositivo legal alegado pela parte, eis que o julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos deduzidos pelas partes.

3. Dessa forma, **é possível afastar a violação do art. 535 do CPC e, ainda assim, deixar de conhecer do recurso por ausência de prequestionamento do dispositivo legal, tendo em vista que ambos os fundamentos são autônomos e o não acolhimento de um não implica o acolhimento do outro.**

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.217.294/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/03/2013).

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação das aludidas teses recursais.

Já quanto ao mérito da controvérsia, a Corte Estadual decidiu com base no seguinte fundamento:

"(...) compreende-se que, *in casu*, não se aplica o Tema n.º 877 do Superior Tribunal de Justiça (REsp n.º 1.388.000/PR), considerando que restou demonstrada a demora para se cumprir a obrigação de fazer diante do elevado número de beneficiados (5.022 servidores), não podendo ser atribuída a eles a responsabilidade pela demora na apresentação dos informes.

Em suma, a não ocorrência da prescrição não decorre apenas da falta de liquidação anterior do julgado, mas, principalmente, da ausência de inércia por parte dos servidores beneficiados, ora exequentes" (fls. 38/39e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA  
TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial, prejudicado o pedido de concessão de efeito suspensivo.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora